ESTADO DE MINAS

Publicado em 04/11/2022 - 05:55

Equipe de Lula negocia PEC para pagar auxílio

Equipe de transição do futuro governo Lula e o relator do Orçamento da União negociam aprovação de emenda à Constituição para garantir manutenção do valor do auxílio em 2023

"Prioridade é Bolsa-Família de R$ 600", afirma Alckmin

EVARISTO SÁ/AFP

> "Nós vamos também procurar o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Celso Sabino, e conversar com os presidentes da Câmara e do Senado. Rapidez e agilidade são muito importantes"
>
> **Geraldo Alckmin,** vice-presidente eleito, em coletiva ao lado do ex-ministro Aloizio Mercadante e da presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann

Brasília - A equipe de transição do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e o relator do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), acertaram ontem a apresentação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para autorizar despesas acima do teto de gastos, incluindo a continuidade do benefício mínimo de R$ 600 do Auxílio Brasil, que voltará a se chamar Bolsa-Família a partir de 2023. A chamada PEC da Transição é necessária para evitar um apagão social no ano que vem, já que a proposta de Orçamento enviada em agosto assegura apenas um valor médio de R$ 405,21 no Auxílio Brasil, além de impor cortes severos em programas habitacionais e também no Farmácia Popular.

"A preocupação primeiro é manter o Bolsa-Família de R$ 600. Para pagá-lo em janeiro há necessidade de até 15 de dezembro termos a autorização, a chamada PEC da Transição e a Lei Orçamentária", afirmou Alckmin, que foi escolhido pelo presidente eleito para coordenar a transição. Ele também disse que é importante garantir o orçamento para não ter interrupção de serviços públicos ou a paralisação de obras. "Isso não está adequado no Orçamento para o Congresso Nacional, então, há necessidade de ter suplementação para garantir os serviços, as obras e, ao mesmo tempo, a questão, por exemplo, do Bolsa-Família de R$ 600", ponderou.

De acordo com o futuro vice-presidente, duas reuniões serão realizadas na próxima semana, sendo uma com Lula, em São Paulo, na segunda-feira (7/11), e outra sem o petista, na terça (8/11), em Brasília. "A reunião de hoje [ontem] foi muito proveitosa e tudo tem que ser muito rápido porque ainda tem que ter uma série de procedimentos, então a rapidez e a agilidade são muito importantes", afirmou Alckmin. "Nós vamos também procurar o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Celso Sabino, e conversar com os presidentes da Câmara e do Senado. Rapidez e agilidade são muito importantes", ressaltou o ex-governador paulista.

O valor da fatura extra, porém, ainda não está definido. Interlocutor do PT nas negociações do Orçamento, o ex-governador do Piauí e senador eleito Wellington Dias disse que citar qualquer cifra agora seria especulativo. "É chutômetro", afirmou, após sair da reunião em que foi definida a opção pela PEC. O deputado Paulo Pimenta (PT-RS) confirmou que o plano é submeter as propostas ao presidente eleito na próxima segunda-feira, para apresentação da PEC ao relator do Orçamento já no dia seguinte. "A PEC será apresentada terça-feira. Vamos trabalhar no formato, valor, quem será o autor", declarou.

O deputadoÊnio Verri (PT-PR), que também participou da reunião, disse que o texto da PEC não deve trazer um valor específico de licença para gastar, que vem sendo chamada de "waiver" pelo mercado financeiro. As cifras específicas constariam apenas no projeto de lei do Orçamento, a ser modificado por Castro. "A PEC diz que para o ano que vem haverá exceção para algumas políticas, que serão citadas", disse o deputado.

Entre as prioridades citadas pelos participantes da reunião estão a manutenção do Auxílio Brasil de R$ 600 por família, o benefício adicional de R$ 150 por criança com até 6 anos, o aumento real do salário mínimo, a redução das filas do SUS (Sistema Único de Saúde), as ações de saúde indígena e merenda escolar, além de recursos para obras, incluindo o programa habitacional. "Vamos tecnicamente definir cada ponto crítico para ter a definição dos valores", disse Wellington Dias.

Um dos maiores desafios é o tempo exíguo. "O Auxílio Brasil tem que ser aprovado este mês, porque a folha de pagamentos de janeiro é rodada em dezembro, senão você deixa 20 milhões de pessoas sem renda", afirmou o ex-ministro Aloizio Mercadante, coordenador técnico da equipe de transição. Segundo ele, a PEC precisa tramitar em paralelo ao projeto de Orçamento. "Já tem jurisprudência", ressaltou Mercadante sobre o Congresso já ter aprovado PEC para excepcionalizar gastos da regra do teto.

ENCONTRO COM BOLSONARO

Geraldo se reuniu ontem também com o presidente Jair Bolsonaro, no Palácio do Planalto. "Foi positivo, o presidente convidou para que fosse até lá ao seu gabinete", disse o ex-governador paulista. "Ele reiterou o que disseram o ministro Ciro Nogueira e o ministro general Ramos, da disposição do governo federal de prestar todas as informações, colaborações, para que se tenha aí uma transição pautada pelo interesse público", emendou. Ao ser questionado sobre o teor da conversa, Alckmin disse que "o presidente fala depois", mas resumiu que foi para "reiterar os compromissos em relação à transição, pautada na transparência, na continuidade dos trabalhos, no planejamento, na previsibilidade", disse também.

IR e salário mínimo também são desafios

Brasília - O relator-geral do Orçamento da União, Marcelo Castro (MDB-PI), comentou, ontem, em entrevista coletiva, as dificuldades em torno dos recursos orçamentários para 2023 com o enxuto teto de gastos. Segundo ele, será um desafio encaixar, junto ao Auxílio Brasil, que voltará a chamar Bolsa-Família, pautas como isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5 mil e aumento real do salário mínimo.

Para ele, só o novo Bolsa-Família de R$ 600, junto a um valor para famílias com criança abaixo de 6 anos, resultará em acréscimo de aproximadamente R$ 70 bilhões ao Orçamento do ano que vem.

Marcelo Castro lembrou que o valor atual de R$ 600 vale somente até dezembro e que, pelo Orçamento enviado ao Congresso pelo governo Bolsonaro, em janeiro, esse montante será de R$ 400. "Para voltar aos R$ 600, é preciso que a gente coloque dentro do Orçamento, e isso tem implicação de R$ 52 bilhões. Ainda tem mais R$ 150 que o presidente Lula prometeu para famílias com crianças abaixo de 6 anos", destacou.

"São 21,6 milhões de famílias e nós temos 33 milhões de brasileiros passando fome. É necessário fazer esse entendimento. Então, só com o Bolsa-Família teríamos que fazer um acréscimo de R$ 70 bilhões no Orçamento", emendou. O relator-geral do Orçamento também disse que, da parte do relatório, a nova gestão encontrará toda a boa vontade, e afirmou que não vê grandes problemas para o avanço de propostas prioritárias ao país no Congresso Nacional.

Participaram da reunião Alckmin, Marcelo Castro, os senadores Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Wellington Dias (eleito) e Confúcio Moura, os deputados Rui Falcão, Reginaldo Lopes, Enio Verri e Paulo Pimenta, além da presidente do PT, Gleisi Hoffmann, e Aloizio Mercadante, coordenador do programa de governo de Lula.

LUIS MACEDO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

O relator-geral do Orçamento da União, Marcelo Castro, diz que é difícil encaixar isenção de IR para quem ganha até R$ 5 mil

EVARISTO SÁ/AFP

Mourão disse que "futuro governo Lula não demonstra responsabilidade fiscal"

Mourão e Gleisi divergem sobre Orçamento

Brasília - A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, e o vice-presidente da República, Hamilton Mourão (Republicanos), divergiram, ontem, a respeito do Orçamento da União para 2023. A equipe do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) trabalha com a possibilidade de negociar, junto ao Congresso Nacional, um incremento de R$ 200 bilhões à previsão de gastos do próximo ano. Os recursos adicionais serviriam para viabilizar políticas públicas, entre elas o Auxílio Brasil, que voltará a ser Bolsa-Família, de R$ 600 a partir do ano que vem.

Segundo Mourão, senador eleito pelo Rio Grande do Sul (RS), a futura gestão não demonstra responsabilidade fiscal. "O futuro governo de Lula está negociando com o Congresso um rombo de R$ 200 bilhões no Orçamento de 2023, ou seja, zero compromisso com o equilíbrio fiscal. O resultado será aumento da dívida, inflação e desvalorização do real. Onde estão os críticos?", disse ele pelo Twitter.

Gleisi rebateu o futuro parlamentar. "A declaração de Mourão é no mínimo desonesta. Nem bem acabamos de iniciar a transição e estamos negociando a pauta que interessa ao povo trabalhador. Onde ele estava durante a farra do orçamento secreto e o uso perdulário e ilegal da máquina pública nas eleições?", escreveu a deputada federal pelo Paraná (PR), também no Twitter. Durante a campanha eleitoral, Lula prometeu manter o auxílio de R$ 600 à população socioeconomicamente vulnerável. O programa deixou de se chamar Bolsa-Família para ser batizado de Auxílio Brasil.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política **Pagina:** 3

Copyright © Clipclap 2025.